

O mapa do caminho para o Rio de Janeiro



Por JÚLIA THURLER & LUISA HARDUIM*

O fetichismo da mercadoria verde: como soluções de mercado mascaram a dependência estrutural do Rio de Janeiro do petróleo

1.

O mapa do caminho para o fim do uso dos combustíveis fósseis foi uma das principais frentes do mutirão brasileiro na COP30. Embora ele tenha sido ponto de disputas, e no documento final não contenha mais o mapa, foi anunciada a Primeira Conferência Internacional para o Fim dos Combustíveis Fósseis em 2026 na Colômbia. E com ela, a possibilidade de um futuro “desfossilizado”.

A construção de uma sociedade de baixo carbono está urgentemente ligada a uma transição energética global. Diminuir o uso de fontes energéticas como carvão, petróleo e gás natural é uma das medidas necessárias frente aos desafios das mudanças climáticas. A tarefa não é fácil, já que o setor fóssil compõe a maior parte das emissões globais. Embora esse não seja o caso do Brasil, em uma perspectiva subnacional, esse é o caso do Rio de Janeiro.

O plano de transformação ecológica do governo federal (2023) tem um dos principais focos em biocombustíveis, já que a matriz elétrica brasileira é em sua maior parte renovável. Ao evidenciarmos quais são os estados brasileiros que fogem a essa tendência, em primeiro lugar, está o Rio de Janeiro. Com o título de estado mais fóssil do país, o Rio de Janeiro se encontra em uma encruzilhada.

Ao mesmo tempo que a capital do Rio de Janeiro sedia prestigiosos eventos internacionais de sustentabilidade, o estado ainda tem pouco a oferecer sobre quais caminhos no mapa precisamos percorrer. Segundo os dados do Balanço Nacional Energético (BNE), o Rio de Janeiro incide significativamente na pegada fóssil do Brasil e é o estado mais dependente dos combustíveis fósseis. A dependência fóssil do Rio não é só por conta da queima de combustível fóssil na rede de transportes, ou da fonte elétrica em sua maior parte por termelétricas, mas é também por seu setor industrial fóssil garantir sua colocação de segundo maior PIB do Brasil.

Segundo o Plano estratégico do Rio (2022) duas dinâmicas definem o estado neste século: “a emergência da economia do petróleo e o marasmo metropolitano”. Então como fica o Rio de Janeiro com o fim do uso de combustíveis fósseis? Essa pergunta precisa ser feita; e se ela já foi feita, novas perguntas precisam surgir. Esse debate, contudo, não diz respeito apenas às alternativas tecnológicas ou às metas anunciadas. Ele é moldado por um enquadramento mais amplo que configura como a crise climática é percebida, gerida e politicamente administrada.

2.

As respostas contemporâneas à emergência climática têm se articulado a partir de um regime que combina

a terra é redonda

financeirização, mercantilização e responsabilização individual, um tripé que, longe de transformar a base material do sistema energético, tende a atualizar o que vem sendo chamado de capitalismo verde.

Soluções como compensações de carbono, mercados regulados, certificações ambientais e mudanças comportamentais aparecem como caminhos suficientes, quando na verdade operam como instrumentos de legitimação de um modelo que segue ancorado nos combustíveis fósseis.

A crise ecológica é frequentemente convertida em oportunidade de negócio, reorganizando a agenda ambiental em formatos compatíveis com a lógica de valorização financeira. O efeito é um deslocamento contínuo: problemas estruturais são traduzidos em escolhas de consumo, enquanto disputas políticas profundas tornam-se imperativos de “gestão” e “boa governança”. O Rio de Janeiro é um caso emblemático dessa inversão.

O estado do Rio de Janeiro projeta uma imagem de liderança climática com eventos internacionais, planos setoriais, projetos-piloto ao mesmo tempo em que segue profundamente dependente da exploração e circulação petroleira, que moldam empregos, receitas, investimentos e vulnerabilidades.

Esse mecanismo dialoga diretamente com o que Karl Marx descreveu como fetichismo da mercadoria. No campo ambiental, o fetichismo se reinventa quando produtos, certificações e soluções de mercado passam a encarnar a promessa de sustentabilidade, obscurecendo as relações sociais, políticas e territoriais que produzem a crise climática.

A mercadoria “verde” aparece como portadora de virtude, ao passo que os vínculos entre Estado, capital e infraestrutura fóssil permanecem intactos. Há um descompasso profundo entre a vitrine e a materialidade: a modernização discursiva convive com uma dependência fóssil crescente, reforçada por cadeias produtivas pouco diversificadas e por um mercado de trabalho intensamente vinculado ao setor petroleiro.

Dessa forma, a transição ecológica aparece como horizonte necessário, mas é narrada de modo a preservar as formas existentes de acumulação ao deslocar o foco para indivíduos, para inovações isoladas ou para instrumentos financeiros, e não para a transformação estrutural do modelo energético. Assim, o Rio de Janeiro parece avançado no plano simbólico, mas permanece contido por uma matriz produtiva cuja lógica contradiz a própria ideia de transição energética justa.

Esse descompasso cria a impressão de que a transição energética pode ser conduzida sem tensionar o núcleo material da economia fluminense, bastando um ajuste tecnocrático ou um consumo mais “consciente”. Mas essa narrativa despolitiza a crise e mascara seus fundamentos: a dependência estrutural do estado a uma cadeia de valor fóssil que não se desfaz com soluções de mercado.

Assim, se quisermos enfrentar seriamente a crise climática e suas expressões territoriais, é preciso reconhecer que não se trata apenas de substituir tecnologias, mas de interrogar as relações de poder, os interesses econômicos e as formas de desigualdade que moldam o arranjo energético fluminense. Só assim será possível construir alternativas que não reempacotem o velho como novo, mas que tensionem diretamente os fundamentos fósseis do desenvolvimento do estado.

3.

As cadeias produtivas do estado do Rio de Janeiro se resumem à petrolífera, metalomecânica e de serviços. Se não houver um processo de transição para a cadeia produtiva petrolífera e de inovação para os setores navais e automobilísticos das cadeias metalomecânicas, o Rio de Janeiro pode sofrer ainda mais com a desindustrialização e o desemprego. A agenda de transição energética do estado do Rio (2024) aponta possibilidades como biogás, energia eólica *offshore* e hidrogênio verde. Se por um lado amenizam o impacto fóssil do gás, por outro, apenas projetam caminhos ainda pouco potentes ou ainda muito incertos.

Nas últimas décadas, o estado vem sentindo os efeitos da crise da Petrobrás de 2014, assim como da privatização de

a terra é redonda

diversos ativos da Petrobrás nos últimos anos. Se por um lado, temos vivências interessantes como é o caso do município de Maricá, por outro, temos outras inquietantes como é o caso do município de Macaé. Até onde o lucro da exploração de petróleo e gás retorna socioambientalmente?

O presidente Lula insiste em afirmar que a exploração de petróleo e gás na margem equatorial pode financiar a transição energética brasileira. Mas como atualmente a exploração em curso contribui para a transição energética? É compreensível a necessidade de desenvolvimento para regiões que não tem seu direito à energia e de acesso à energia garantidos, no entanto, o consenso das *commodities* não incide em maior soberania energética.

Com certeza o mapa do caminho para o Rio de Janeiro é iluminado por um tempo bom e agraciado por lindas imagens; não só as belas praias, mas também os rios e as cachoeiras, as serras e as matas... se a aposta no turismo traz um bom retorno, pouca mobilidade e integração das diferentes regiões do estado dificultam a capilarização do setor. No entanto, só o setor de turismo não é suficiente.

O Rio de Janeiro não tem só uma miragem econômica, ele já tem recursos e capacidades de transformação do investimento público-privado em cadeias produtivas sustentáveis. Se falta ousadia nos planos de transição energética do estado, a alegria da força produtiva nunca falta. Em tempos de implementação de projetos de adaptação climática, o estado precisa de um forte direcionamento para as demandas do novo regime climático.

***Júlia Thurler** é mestrandona em sociologia no IESP-UERJ.

***Luisa Harduim** é doutoranda em sociologia no IESP-UERJ.

A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.

Ajude-nos a manter esta ideia.

[**CONTRIBUA**](#)